

Quatro funções básicas das cooperativas. Sua atualidade

Four Basic Functions of Cooperatives. Their Current Status
Cuatro funciones básicas de las cooperativas. Su actualidad

José Odelso SCHNEIDER*

Resumo

As organizações cooperativas e os empreendimentos solidários contribuem de forma especial para uma economia geradora de vida, de justiça e participação. Além de gerarem bens e serviços, visando satisfazer necessidades básicas de seus associados, tais empreendimentos tendem a ser, ao mesmo tempo, excelentes escolas de aprendizagem da complexidade administrativa, econômica, democrática e social. São fomentadoras de uma economia de serviços e não de lucros e por isso seus resultados são irradiados e distribuídos de forma equânime junto à população, opondo-se assim aos processos capitalistas de concentração/exclusão de poder, de propriedade, de renda e de conhecimentos. Pretendemos apresentar o presente estudo numa perspectiva hermenêutica, epistemológica e doutrinária, que consiste num breve ensaio relativo a quatro funções relevantes do cooperativismo na sociedade e na economia de hoje: democracia, cidadania, coesão social e economia da vida.

Palavras-chave: cidadania, coesão social, democracia, economia da vida, economia solidária.

Abstract

Cooperative organizations and solidarity enterprises contribute to generate an economy that generates life, justice and participation. Besides generating goods and services to meet the basic needs of its members, projects tend to be, at the same time excellent schools for learning administrative, economic, democratic and social complexities. They promote a service economy rather than a profit economy and therefore its results are irradiated and they are distributed equally among the partners, opposing capitalist processes of concentration / exclusion from power, property, income and knowledge. We intend to present this study from a hermeneutic, doctrinal and epistemological perspective addressing the four major functions of the cooperative society and present economy: democracy, citizenship, social cohesion and the economy of life.

Keywords: citizenship, social cohesion, democracy, economy of life, economic solidarity.

* Doctor en Sociología. Docente del programa de posgrado en Ciencias Sociales (PPGCS) (maestría y doctorado) de la Universidad del Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Coordinador del curso de especialización en Cooperativismo (CESCOOP XXX y XXXI). Docente visitante de la Facultad de Ciencias Sociales de la Pontificia Università Gregoriana, Roma. Correo electrónico: odelso@unisinos.br

Cómo citar este artículo: Schneider, J. O. (2012). Quatro funções básicas das cooperativas. Sua atualidade. *Revista Cooperativismo & Desarrollo*, 20(101), 79-90.

Resumen

Las organizaciones cooperativas y los emprendimientos solidarios contribuyen a generar una economía generadora de vida, justicia y participación. Además de generar bienes y servicios, para satisfacer las necesidades básicas de sus miembros, los proyectos tienden a ser, al mismo tiempo, excelentes escuelas de aprendizaje de las complejidades administrativas, económicas, democráticas y sociales; impulsan una economía de servicios en lugar de una economía lucrativa y por tanto sus resultados son irradiados y se distribuyen equitativamente entre los asociados, oponiéndose a los procesos capitalistas de concentración/exclusión del poder, la propiedad, los ingresos y el conocimiento. Tenemos la intención de presentar este estudio desde una perspectiva hermenéutica, doctrinal y epistemológica abordando las cuatro funciones más importantes de la sociedad cooperativa y la economía actual: la democracia, la ciudadanía, la cohesión social y la economía de la vida.

Palabras clave: ciudadanía, cohesión social, democracia, economía de la vida, economía solidaria.

Descriptor alfanumérico (JEL codes): Z190 - Cultural Economics: Other; A130 - Relation of Economics to Social Values; J540 - Producer Cooperatives, Labor Managed Firms, Employee Ownership.

Recibido: 30 de agosto del 2011 **Aprobado:** 18 de junio del 2012

Funções básicas dos empreendimentos cooperativos e solidários em prol de uma economia social e da vida

As organizações cooperativas¹ e os empreendimentos solidários,² quando coe-

rentes e razoavelmente geridos à luz da filosofia e doutrina cooperativista, contribuem de forma especial para uma economia geradora de vida, de justiça e participação. Vejamos no ensaio a seguir quatro contribuições relevantes do cooperativismo e de empreendimentos da economia social e solidária na sociedade e na economia de hoje.

A construção da democracia

A construção da democracia ocorre porque as cooperativas treinam os associados com vistas à vivência da participação, num campo tão complexo próprio das organizações cooperativas, na sua dupla dimensão de associação de pessoas e de empresa. Nelas os aspectos sociais, econômicos, administrativos, comerciais e técnicos se combinam e complementam, buscando permanen-

sobre empreendimentos, para a formação de um Banco Nacional de Economia Solidária.

¹ Em 2010, segundo dados oficiais, havia 6.652 cooperativas, com 1.030 cooperativas a menos que em 2008 e um declínio de 13,4% em número de cooperativas, porém com 9.016.527 cooperados, o que permite verificar um crescimento de 1.128.820 associados em dois anos, ou seja, uma expansão de 14,3%. O cooperativismo brasileiro conta em 2010 com 298.182 empregados em 13 ramos diferentes (agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infra-estrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e lazer). 45% dos cooperados são de cooperativas de trabalho e de prestação de serviços, 25% são filiados às cooperativas de crédito, 10% às cooperativas agropecuárias e 9% às cooperativas habitacionais (Fonte: Unidades Estaduais e OCB: Base Dez/2008. Elaboração: GEMERC/OCB).

² Segundo dados de 2007, há no país todo mais de 22 mil micro e pequenos empreendimentos solidários, com mais de dois milhões de associados, e com uma média de 90 membros por empreendimento, dos quais 2.420 (11%) são cooperativas. Em 2011 se estima que o número de empreendimentos solidários no país já se aproxime de 40 mil empreendimentos. No Estado do Rio Grande do Sul, em 2007 havia 2.085 empreendimentos, dos quais 376 (18%) eram cooperativas. Em 2009/10, processou-se a um levantamento nacional de informações atualizadas

temente o equilíbrio entre as aspirações individuais e as coletivas, entre interesses econômicos e sociais. Fomentam a participação especialmente na escolha responsável dos seus chefes e para ajudar a definir coletivamente os objetivos da organização, suas prioridades e as formas como alcançá-los.

A democracia exige um clima de transparência e de bons fluxos de comunicação entre a cúpula e a base e desta em direção à cúpula, para que a cidadania possa acompanhar os seus líderes e dirigentes eleitos em todas as etapas de sua gestão. Segundo uma nova visão de democracia, “o apelo da democracia não vem inteiramente, talvez, nem mesmo basicamente do triunfo de instituições liberais democráticas sobre outras”. Provém particularmente das forças mais profundas que estão remodelando a sociedade global, inclusive a demanda por autonomia individual e a emergência de uma cidadania mais reflexiva.

A democratização está ganhando vantagens sobre a democracia liberal, e o desequilíbrio deve ser objeto de atenção. A crise da democracia provém do fato de ela não ser suficientemente democrática” (Giddens, 1999, p. 81). A proporção de pessoas que hoje expressam confiança nos políticos tem despencado nas últimas décadas; enquanto a fé na democracia continua em alta, pois nos Estados Unidos e na Europa 90% da população aprova um “sistema democrático de governo”, embora haja um certo cansaço, uma certa monotonia e a displicência na rotina democrática, traduzida no elevado

percentual de eleitores, que se omitem de votar e escolher seus dirigentes em época eleitoral.

Ora, este mesmo cansaço, uma certa monotonia ritualística nos processos decisórios e eleitorais, também se sente hoje e com certa frequência em cooperativas e, mais particularmente, em cooperativas economicamente exitosas e de grandes dimensões. O estímulo à formação de microambientes de interação entre os associados e seus dirigentes, em especial através da estruturação de núcleos de base, de 30 a 40 cooperados, onde há maior homogeneidade cultural e socioeconômica, onde predominam relações sociais primárias e informais, relações de “compadre e comadre”, próximas e vizinhas às pessoas, pode ser uma saída para a quebra da monotonia e da rotina. Caso contrário, os momentos de participação, principalmente nas Assembleias Gerais, podem levar à inibição participativa dos associados e à consequente manipulação e perpetuação de dirigentes, ainda mais quando as Assembleias Gerais assumem um caráter solene, cerimonioso, formal e protocolar. Um outro desafio para muitas cooperativas são as poucas atividades e oportunidades oferecidas para a formação e renovação de lideranças. Há cooperativas onde dirigentes eleitos se mantêm durante dez, quinze ou mais anos no mesmo posto, ou o alternando, de eleição em eleição, com algum outro dirigente cooperado, onde numa eleição assume a direção o cooperado A, noutra eleição o cooperado B e, assim, realiza-se, sucessivamente e por muitos anos segui-

dos, a alternância entre A e B, com pouca ou nenhuma renovação de lideranças.

Porém, mesmo reconhecendo a existência de problemas e de barreiras no exercício da democracia cooperativa, devido à sua filosofia e forma especial de organização e funcionamento, as cooperativas e os empreendimentos econômicos solidários são instâncias expressivas na assunção do papel político e público da sociedade civil. Como? Ao exercer o seu protagonismo, na perspectiva do que propunha o filósofo italiano Antônio Gramsci (1989). Ele previa que a sociedade civil organizada, estruturada, deve estar em condições de ocupar com competência e responsabilidade os “espaços públicos”, através da ativa participação na definição das políticas públicas, não deixar apenas ao Estado ou ao Poder público o monopólio da ocupação destes espaços, seja na área da saúde, da educação, do trabalho, ou em outras áreas de grande impacto econômico-social. As cooperativas, na medida em que promovem e fomentam a participação consciente dos associados, na administração dos assuntos associativos, comunitários e de produção, os habilitam para assumirem eficaz e criativamente tais espaços.

A construção da cidadania

Esta ocorre quando as cooperativas se ocupam e se dedicam na ajuda ao associado para conscientizar-se sobre seus direitos e deveres, orientam-no para a escolha consciente dos seus dirigentes. Uma vez eleitos, não os abandonam depois à própria sorte, mas os acompanham, apoia-os e, ao mesmo tempo fisca-

liza-os para que sejam fiéis aos objetivos traçados coletiva e comunitariamente em Assembleia Geral. As organizações cooperativas e os empreendimentos da economia solidária igualmente podem oferecer espaços e oportunidades para que os associados contribuam em fazer avançar a democracia decisória e eleitoral, para o campo econômico e social, ao fazer com que nas atividades econômicas predomine também e de forma progressiva a democracia e a sua transparência, bem como a justa distribuição dos recursos, dos bens e serviços produzidos. Estará contribuindo assim não apenas para promover a igualdade nas oportunidades, mas igualmente a igualdade nos resultados.

O que é ser cidadão? É ser o sujeito que, ao ter direito à vida no sentido pleno, procura construí-la coletivamente, “não só em termos de necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do homem no universo”. Segundo Covre, ser cidadão é ser um sujeito agente e um sujeito receptor. *Agente*, na medida em que trabalha para a conquista dos direitos e, *receptor*, na medida em que usufrui e recebe os benefícios sociais (Covre, 1991).

Ser cidadão é ter a clara consciência que *deve associar os direitos aos deveres, ou seja, ter responsabilidades, compromissos*, cumprindo as normas e as propostas elaboradas e decididas coletivamente. O cidadão, no cumprimento dos seus deveres, procurará desenvolver “ações adequadas” e assumirá responsabilida-

des em conjunto com a comunidade, ao cumprir as normas e as propostas elaboradas e decididas coletivamente. Também desenvolve “ações adequadas”, ao votar e/ou fazer parte do governo, pressionar através dos grupos de pressão e dos movimentos sociais, ao participar de associações e entidades comunitárias, no sindicato, no partido, no bairro, na escola, na categoria profissional, na cooperativa. Inclui-se também aqui o dever de apoiar e pressionar o governo municipal, estadual, nacional, internacional. O cidadão é o indivíduo que, ao tomar consciência da situação em que vive, age de acordo com ela. Por isso, o cidadão brasileiro procura formar uma *consciência crítica* da realidade internacional, brasileira e da realidade local e deverá agir segundo esta consciência, procurando coletivamente transformá-la para algo melhor.

Ora, as cooperativas e os empreendimentos de economia solidária tendem a inserir-se no que Ulrich Beck, citado por Giddens, descreve como processo recente da consciência dos espaços de cidadania, ou seja, “a emergência da subpolítica”, fenômeno segundo o qual a política migrou do parlamento e de seus partidos para os grupos de pressão e os diversos movimentos sociais, porém com suas perspectivas unidirecionais. A crescente “imobilidade do aparato governamental” e da “exaustão da política” ocorre simultaneamente com a crescente “mobilidade de agentes de todos os níveis possíveis da sociedade” e com “a ativação da subpolítica”. Grupos de cidadãos dinâmicos, sem esperar pelos políticos,

introduzem questões ecológicas, como o compromisso com a busca do equilíbrio ambiental e muitas outras novas preocupações nos programas políticos (Giddens, 1999, pp. 59-60).³

Neste aspecto ainda se constata pouca consciência entre as cooperativas do potencial de participação que podem exercer na ocupação dos espaços de políticas públicas e cidadãs. Muitas delas, seja devido às múltiplas e complexas exigências do mercado que demandam tempo integral na administração para a sobrevivência das cooperativas, seja porque estão muito fechadas, quais “torres de marfim” sobre si mesmas e na busca do seu bem-estar interno. Fecham-se, quais “ilhas de prosperidade” às necessidades e às carências da comunidade nas quais estão inseridas e às quais poderiam prestar relevantes contribuições. Ao agir assim, ainda não souberam assumir com criatividade e inovação o sétimo recente e oportuno princípio do cooperativismo que é ter “preocupação com a comunidade” (*concern for community*).

A construção da coesão social

As cooperativas e os empreendimentos de economia solidária, pela filosofia e natureza de suas organizações, são entidades que contribuem prioritariamente para o equilíbrio e a coesão social. Como no processo decisório das atividades produtivas e distributivas, predomina a

³ O crítico cultural Hans Magnus Enzensberger escreve: “Os políticos se sentem insultados porque o povo está cada vez menos interessado neles... [mas] há bastante tempo inovações e decisões sobre o futuro não se originam da classe política [...]” (Citado por Giddens, 1999, p. 60).

perfeita igualdade de votos entre todos os associados, tais empreendimentos constituem-se num dos mais efetivos mecanismos de equitativa e solidária distribuição da riqueza, dos bens e serviços gerados. Contribuem também como importantes opções geradoras de trabalho e renda, na produção, na prestação de serviços e na comercialização, enquanto o modelo econômico vigente prima pela eliminação de postos de trabalho, ao priorizar a opção por mais automação, informatização e robotização. E, nas questões do crédito, as cooperativas facilitam ao micro e pequeno produtor, prestador de serviços e prestamista, o acesso mais fácil ao financiamento e a juros menores que os do mercado, enquanto o sistema vigente o faculta de forma prioritária apenas ao médio e grande agente econômico. No plano das interações sociais, as cooperativas e empreendimentos solidários valorizam os processos de autoajuda reforçados pela ajuda mútua, fomentam “o estar juntos, opinar, discutir, decidir, lamentar juntos seus revezes, mas também celebrar juntos suas alegrias e êxitos”, por isso são relevantes como fatores de coesão social.

Somos hoje expectadores e agentes de uma época de crescente fragmentação e da perda de identidade dos processos de trabalho, das famílias,⁴ das comunidades, das sociedades, dos partidos e das demais instituições sociais e das

próprias pessoas. Somos arrastados pelo turbilhão das mudanças e inovações em todos os campos e pressionados por um ritmo de vida que cobra cada vez mais pressa e competência. Por outro lado, “uma sociedade extremamente desigual está se prejudicando por não fazer o melhor uso dos talentos e a capacidade de seus cidadãos... As desigualdades podem ameaçar a coesão e ter outras consequências sociais indesejáveis, como provocar altas taxas de criminalidade” (Giddens, 1999, p. 52), hoje tão frequente nos grandes e médios conglomerados urbanos. Geram um clima de crescente insegurança, de violência, de ceticismo e medo face ao futuro, especialmente entre as gerações mais jovens, as quais o sistema dificulta hoje o acesso a espaços de afirmação e de construção da sua identidade. Pois, é justamente ali que as iniciativas cooperativas e solidárias buscam pontos de convergência, com o objetivo de promover processos de sinergia e de coesão social, o que confere mais confiança e segurança a suas iniciativas. Portanto, “A coesão social não pode ser assegurada pela ação de cima para baixo, a partir do Estado, ou pelo apelo à tradição. Temos de moldar nossas vidas de uma maneira mais ativa do que fizeram gerações anteriores, e precisamos aceitar mais ativamente responsabilidades pelas consequências do que fazemos e dos hábitos de vida que adotamos” (Giddens, 1999, p. 47). Portanto, a coesão social não se impõe, mas se constrói através da assunção de responsabilidades recíprocas, simultaneamente individuais e coletivas, num

⁴ Segundo Giddens, “laços de família fortes, só podem ser uma fonte efetiva de coesão cívica, se as famílias olham tanto para fora quanto para dentro – é isto que entendo por família socialmente integrada. As relações familiares são parte do tecido mais amplo da vida social” (1999, p. 108).

movimento ascensional, “de baixo para cima”. Deve ser a construção coletiva da cidadania. Nesse sentido, a cooperação cooperativa e solidária muito tem a contribuir ao gerar um clima e uma consciência que desafie os associados a assumirem constantemente a sua responsabilidade e o protagonismo num empreendimento coletivo, que valoriza o todo, a comunidade e a coesão. Deve e pode atuar mais ostensivamente precisamente ali onde o sistema hegemônico tende a fragmentar, a dividir, a subtrair, criando um clima que substitui cada vez mais a tão falada concorrência por processos de crescente conflito social, nos quais os anteriores concorrentes são eliminados como agentes do mercado para que possa prevalecer o poder de alguns poucos.

Ora, para haver um ambiente de coesão social, é de prever-se muita atividade educativa/formativa, junto ao corpo de associados das cooperativas, para que em suas reuniões de pequenos e grandes grupos, em seus seminários e momentos formativos, em suas próprias Assembleias Gerais, possa criar-se um efetivo clima de coleguismo, de companheirismo, de amizade, de vizinhança, de “família cooperativa”. Em muitas cooperativas, não se valoriza tais atividades, nem se prevê e não se organizam os tempos para que tal coesão possa criar-se e, menos ainda, para aprofundá-la.

A construção da economia da vida

Em plena crise do sistema capitalista neoliberal, desencadeada com a crise financeira no segundo semestre de 2008,

na Campanha da Fraternidade de 2010, o Conselho das Igrejas Cristãs do Brasil convidava seus seguidores e todas as pessoas de boa vontade a assumirem o tema “Economia centrada na Vida”. E era num ano em que os eleitores brasileiros deveriam escolher seus novos governantes. A raiz da palavra “economia” etimologicamente significa “administração da casa, da comunidade”, que não poderá ser vista meramente pela ótica da maximização do lucro, e sim, pelo bem-estar da coletividade. Se o sistema econômico apenas visa ao lucro, ao longo do caminho, inevitavelmente gerará a divisão, a ambição que divide, que gera o conflito, a desigualdade, a fome e até a morte! E aí a economia deixa de gerar a vida e atenta contra o bem comum da comunidade.

Pois as cooperativas e os empreendimentos da economia solidária têm a pretensão e a ousadia de fazer vigorar a plena e transparente democracia num campo sempre tão tenso e eivado de interesses e conflitos, que é o campo econômico e empresarial. Pois é neste campo que se jogam e digladiam os interesses e a necessidade da sobrevivência dos grupos humanos.

Ora, quando todos os associados são transformados nas cooperativas e nos empreendimentos da economia solidária em agentes econômicos efetivamente protagonistas, com igualdade de poder, de interesses e aspirações, algo de novo começa a acontecer. O exercício da democracia neste campo é fortemente desafiador. Pois, quando há a plena transparência no processo de tomada de decisões e de execução das decisões sobre

o que produzir, a forma como e quanto produzir e à luz de prioridades coletivamente definidas, passa-se a inovar em prol de um novo sistema econômico, de um novo estilo de trabalho e até de vida.

Quando a este nível ocorre a plena participação, então, no plano seguinte da distribuição dos bens e serviços produzidos, a plena igualdade decisória fará com que comece a gerar-se um novo cenário, de mais justa, solidária e equitativa participação na riqueza. Passa a haver a vigência de uma ampla democracia econômica e, através dela, o mais adequado acesso aos bens sociais e culturais. Então, sim, instaura-se uma economia que gera a vida, a solidariedade, um maior respeito às pessoas e ao meio ambiente. Então, inicia-se um processo de economia da vida, no qual a igualdade de oportunidades se complementa com a igualdade nos resultados dos bens e serviços produzidos e até uma relação mais harmoniosa com o meio ambiente.

Ao se ter presentes as considerações anteriores, não se pode ignorar, porém, que as cooperativas são organizações humanas e, portanto, capazes de falharem, de serem frágeis, de serem passíveis de distorções, de abusos, de quebra de confiança, de apresentarem com frequência uma incoerência entre sua filosofia, doutrina e identidade e a prática do dia a dia, etc. Nestes casos, cooperativas que manifestam tais incoerências pouco se diferenciam dos empreendimentos da concorrência em sua maneira de ser, de produzir e de organizar suas relações empresariais e de trabalho. Porém, devido à peculiaridade de sua identidade

e doutrina, pelo seu caráter arraigadamente comunitário de sua organização, que deve primar pela transparência e participação, são organizações mais confiáveis e seguras e que, por isso, mais facilmente conquistam a adesão e a simpatia dos seus associados.

É por isso que a opinião pública geralmente as olha com interesse. É devido a isso que, em vários países da América Latina e do Terceiro Mundo, o cooperativismo passa a verificar taxas de crescimento bem superiores às suas taxas de crescimento demográfico. Por isso também as Nações Unidas já há anos contam com uma representação permanente do cooperativismo mundial, através da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), como a mais antiga, mais ampla e mais meritória Organização Não Governamental (ONG). A Organização das Nações Unidas (ONU), ao reconhecer este papel, promulgou 2012 como *O Ano Internacional do Cooperativismo*. Vê nestas organizações o elevado sentido econômico e social e que mais uma vez o demonstraram na forma humana, adequada e participativa na superação da crise financeira internacional desencadeada pelo capitalismo financeiro a partir de setembro de 2008.

E outra relevante instituição internacional, o Banco Mundial, num relatório de 2004, dizia que “será difícil encontrar um sistema mais eficaz do que o cooperativismo para encorajar e estimular a participação ativa das populações na realização de programas de desenvolvimento” (Kreuz, 2004). Igualmente *Elinor Ostrom*, a primeira mulher a ser contemplada com o Prêmio Nobel de

Economia em 2009, que aprofundou seus estudos sobre os “commons” ou a governança dos bens comuns, na perspectiva da nova economia institucional, em experiências de organização coletiva e civil na economia dos Estados Unidos, manifesta-se nesse sentido. Reconhece o relevante e oportuno papel das cooperativas e dos empreendimentos da economia solidária no contexto atual da economia, pois estão entre as entidades que, mais do que outras, favorecem uma relação sustentável entre os homens em suas coletividades e destes com os ecossistemas, o que assegura as condições para mais vida.

Por que o cooperativismo pode ser uma opção relevante para construir a economia da vida?

O cooperativismo pode constituir-se possivelmente numa opção relevante para construir uma economia da vida. Eis a seguir, de forma sucinta o elenco das principais razões por que o cooperativismo constitui-se numa opção relevante:

- Em substituição a uma economia que busca o lucro, as cooperativas geram uma economia de serviços, com o objetivo de satisfazer as necessidades básicas das pessoas. As cooperativas, na busca constante de produtividade, estão tão preocupadas, ou até mais do que as empresas da concorrência, por resultados, pela geração de excedentes. Só que estes, ao contrário do lucro, estão à disposição da Assembleia Geral de Associados, que definirá, de forma coletiva, soberana e consciente, a sua forma de aplicação e também

tendo presentes as necessidades da cooperativa como empresa. O que e como proceder com os excedentes (lucro na linguagem dominante do mercado capitalista). Quanto do excedente destinar para a capitalização da empresa, quanto para pagar preços justos aos produtores e prestadores de serviços que são seus associados, quanto para os insumos, quanto e com que critérios distribuir individualmente as “sobras”, etc. Portanto, as organizações cooperativas, quando atuam razoavelmente coerentes com sua filosofia e doutrina, não buscam o *lucro* a qualquer preço, mas sim priorizam o *serviço* para a satisfação das necessidades básicas das pessoas.

- Na rotina de procedimentos, os empreendimentos da economia cooperativa e solidária geralmente tendem a educar em prol da participação, ao promover frequentes reuniões em pequenos grupos, reunir dirigentes, técnicos e associados para discutir e qualificar as formas de produção e de prestação de serviços, para discutir e definir os objetivos das cooperativas, as prioridades e as formas como realizá-los, para informá-los e conscientizá-los sobre as complexas e velozes dinâmicas dos mercados, enfim, para a escolha correta dos seus dirigentes e seu posterior monitoramento.
- Quando o sistema econômico vigente, movido hegemonicamente pelo motor do lucro, é pressionado a optar pela automação e robotização, ao eliminar postos tradicionais de trabalho e

renda, que levam à exclusão, as cooperativas de trabalho e de prestação de serviços e os empreendimentos da economia solidária surgem e se multiplicam, precisamente para gerar postos de trabalho e de renda, de maneira que a força, a organização e a participação criativa do coletivo possam conduzir à inclusão social de milhares de pessoas. Excetuam-se aqui aquelas iniciativas de aventureiros e exploradores da mão de obra que criam “falsas cooperativas” para fugirem às leis e ao fisco e, assim, poderem explorar melhor trabalhadores e prestadores de serviços.

- Nos empreendimentos da economia cooperativa e solidária, há o respeito ao espaço de decisão e produção do pequeno e médio produtor, empresário, prestador de serviços, poupador e prestamista. Mas tal respeito é traduzido em um “constante caminhar junto” do produtor e prestador de serviços, no qual a cooperativa procura qualificá-lo cada vez mais através de sua assistência técnica e da sua integração progressiva nos demais ciclos do processo produtivo, através de agroindústrias cooperativas, proporcionando-lhe mais conhecimentos, mais autonomia, mais renda e mais familiaridade com as dinâmicas do mercado. Portanto, as cooperativas não apenas mantêm “incluídos os associados na economia”, mas sim, através da assistência técnica e da constituição de agroindústrias cooperativas, promovem um efetivo processo de “*inclusão social qualifi-*

cada” de milhares de micro, pequenos e médios produtores e prestadores de serviços.

- Em organizações cooperativas e da economia solidária tende-se a orientar os associados para que as decisões sejam tomadas desde as bases e pelas bases associativas. São os associados, que melhor do que ninguém, conhecem os complexos desafios da realidade na qual vivem e trabalham e recorrem à opção cooperativa, para poderem enfrentar de forma comunitária tais desafios e crescerem em cultura administrativa e solidária, ponto de partida para o exercício da mais plena e madura cidadania no contexto mais amplo.
- Porque tais organizações buscam promover a participação nos bens e serviços da sociedade, de forma justa e igualitária, ou seja, segundo a participação de cada um dos associados, agindo de forma leal e fiel nas operações e demais interações com a cooperativa.
- Permitem o verdadeiro protagonismo, na medida em que envolvem os associados na discussão e decisão democrática, autônoma e criativa em aspectos tão essenciais, conflitivos e contraditórios que são próprios da luta e do empenho em prol dos meios e das formas de sua sobrevivência. Propiciam, assim, o espaço adequado para que os cooperados sejam os efetivos sujeitos, donos e controladores destes processos.
- Porque estimulam um sadio clima de discussão e de controvérsia, que

deixam espaços para que os diversos pontos de vista e as propostas sobre várias alternativas possam manifestar-se. E será de uma discussão livre entre muitos sujeitos protagonistas, que pode surgir à luz de uma solução adequada.

- Ao permitir e fomentar-se a tolerância e o espírito de controvérsia entre associados das mais diversas origens, filosofias, correntes políticas e religiosas, viabiliza-se que, mesmo com ideias e visões diferentes, as pessoas se dispõem a reunir-se e a trabalhar em comum.
- Estimulam o fortalecimento e a consolidação das decisões e ações coletivas, através da interação e integração com cooperativas do mesmo nível, bem como com as de segundo grau (cooperativas centrais e federações) e de terceiro grau ou nível (Confederações, OCB, OCA, ACI). Encontram neste processo integrativo as condições e o conhecimento (*know how*) para a criação, ampliação e o fortalecimento de Redes, unindo e fortalecendo formas de interação horizontal, com as interações verticais, já longamente conhecidas e praticadas pelas cooperativas.
- Porque os empreendimentos cooperativos e da economia solidária são uma importante e eficiente instância de distribuição pessoal, local e regional da renda produzida. Como os associados são a efetiva base decisória da cooperativa, e tendo sua vida, família, amigos, vizinhos profundamente enraizados no lugar onde vivem, amam e trabalham, seja

na comunidade ou na região, é natural que ao usufruir de uma melhoria na sua renda, graças ao concurso e ao empenho coletivo da cooperativa, tendem normalmente a reinvesti-la, a reaplicá-la, no próprio local onde ocorre a maior parte de suas interações. Tendem igualmente a colocar sua experiência administrativa e de liderança a serviço da consolidação de suas comunidades locais.

- E finalmente a consideração que a perfeita adequação à filosofia e à doutrina cooperativa exige uma verdadeira *metamorfose* nos valores, nos usos, costumes, nas formas e estilos de vida, de trabalho e das organizações das pessoas associadas, fazendo-as migrar de um individualismo fragmentado e concorrencial para um integrado e efetivo solidarismo comunitário.

Referências

- Böök, S. A. (1992). *Valores cooperativos para un mundo en cambio*. ACI/Informe para el Congreso de la ACI, San José, Costa Rica, Tokio.
- Covre, M. de L. M. (1991). *O que é cidadania*. (2ª ed). São Paulo: Brasiliense (Coleção primeiros passos).
- Giddens, A. (1999). *A terceira via – reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. São Paulo: Record.
- Gramsci, A. (1989). *Maquiavel, a política e o estado moderno*. (7ª ed). *Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: (Perspectivas do homem. 35 Série política).
- Kreuz, T. (2004). Ministério da Agricultura e do Abastecimento – OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. (7ª ed). Depto. De Educação Cooperativista. Em Cooperativismo Passo a Passo. GO.